



UNIDADE INDEPENDENTE CLASSISTA E COMBATIVA

Boletim nº 28 / 27/05/2025

ABAIXO A INTERVENÇÃO PRIVATISTA DE NUNES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS! RETOMAR A LUTA UNIFICADA PELA REVOGAÇÃO DA LEI 18.221/2024

A intervenção nas escolas públicas municipais por meio do afastamento de diretores é apenas uma parte da política privatista de Nunes/MDB expressa na 18.221/2024, que tem como objetivo maior a privatização das escolas, ampliando o balcão de negócios da burguesia com as verbas da educação. Esse processo não é novo na educação municipal, já ocorre na educação infantil com o atendimento de mais 85% dos bebês e crianças nos CEIs conveniados e indiretos, com a terceirização dos serviços de limpeza e merenda, com a ampliação cada vez maior dos contratos precarizados de professores e do quadro de apoio (ATEs), com a plataformização e agora o governo quer avançar com a privatização da gestão escolar.

Na greve deste ano o governo deixou claro seu propósito de destruir os serviços públicos e as conquistas do funcionalismo público, dentre elas o direito de greve. A privatização da gestão das escolas também vai de encontro a esse objetivo, o que significa dizer, que a gestão privada não apenas irá favorecer o balcão de negócios da burguesia, mas ajudará o governo a desarticular as lutas dos trabalhadores e avançar na destruição das conquistas trabalhistas.

Diante das ofensivas direitistas dos governos de turno, nos deparamos com as traições das burocracias sindicais, que se tornam cada vez mais evidentes. Dizemos isto, porque as direções sindicais adiaram a luta o máximo que puderam, se utilizando da fragmentação da luta com as paralisações regionais numa clara opção de abandonar a luta contra a lei 18.221/24 e restringir a greve a campanha salarial, o que mais uma vez favoreceu o desvio da luta para as disputas parlamentares e a negação dos métodos da ação direta. E mesmo depois de colaborar com o governo para impor mais uma derrota aos

trabalhadores, buscou transformar a derrota em “vitória moral” com o suposto triunfo da negociação dos dias parados que caiu por terra rapidamente, evidenciando mais um acordo traidor, em que a burocracia da COEDUC legitima o desconto de parte dos dias de greve em reunião com o governo, que descumpria o acordo de fim da greve, sem consultar a categoria.

Como se não bastasse, agora diante dos afastamentos de alguns diretores e sua substituição por interventores, a burocracia mantém o imobilismo e age da mesma maneira que respondeu a imposição do Programa São Paulo Integral (SPI), deixando que cada escola e cada região responda de forma individualizada a um problema que afetará de conjunto todos os trabalhadores, estudantes e comunidade escolar.

O fato é que a direção do SINPEEM e seus aliados não são contrárias às avaliações externas e nem tampouco a educação em tempo integral, por isso são incapazes de dar a luta até o fim contra as medidas de intervenção de Nunes nas escolas, já que o governo se utiliza do discurso de melhorar os índices de aprendizagem. A alegação dos burocratas, para não organizar a luta coletiva, supostamente também irá se apoiar no prazo de 60 dias sem greve fixado pelo desembargador, quando aceitou a suspensão da judicialização da greve, e os sindicatos aceitaram.

Portanto, nós da Unidade Independente Classista e Combativa (UICC) exigimos a convocação imediata de uma assembleia, para que as ações regionais que vêm sendo organizadas pelas escolas sirvam para impulsionar a luta coletiva contra o intervencionismo privatista de Nunes na educação municipal de São Paulo.

DEFENDEMOS

- Assembleia imediata para que os trabalhadores decidam como responder coletivamente a intervenção privatista de Nunes na gestão das escolas**
- Revogação da lei 18.221/24, em sua totalidade**
- Organização do fundo de greve, controlado por uma comissão eleita pela base, para que nenhum trabalhador fique sem salário**

UNIDADE INDEPENDENTE, CLASSISTA E COMBATIVA



INDEPENDENTES